

MARIA ALEXANDRA CUNHA
KLAUS FREY | FÁBIO DUARTE
Organizadores

Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação

Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação

MARIA ALEXANDRA CUNHA
KLAUS FREY | FÁBIO DUARTE
Organizadores

Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação

 EDITORA
CHAMPAGNAT

Curitiba
2009

© 2009, Maria Alexandra Cunha e outros
2009, Editora Universitária Champagnat

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT
EDITOR-CHEFE Prof. Humberto Maciel França Madeira

CONSELHO EDITORIAL

Airton Rodrigues Pinto Jr.
Alceu Souza
Antonio Martiniano Fontoura
Auristela Duarte de Lima Moser
Daniel Omar Perez
Etiane Caloy Bovkolovski

Heitor Kato
Joana Paulin Romanowski
Luiz Ernandes Kozicki
Mônica Cristine Fort
Vidal Martins
Wilson Denis Benato Martins

IMPRESSÃO Gráfica Universitária da APC
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Roberta Ferreira de Mello
CAPA Alfredo Rodrigues dos Santos Neto
REVISORA DE TEXTO Elisabete Franczak
NÚCLEO DE APOIO EDITORIAL Edena Maria Beiga Grein
BIBLIOTECÁRIA Viviane Gonçalves de Campos - CRB 9/1490

EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 3º andar
Câmpus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR
Tel. (41) 3271-1701 - Fax (41) 3271-1435
e-mail: editora.champagnat@pucpr.br – www.editorachampagnat.pucpr.br

G721

Governança local e as tecnologias de informação e comunicação / organizado por Maria Alexandra Cunha, Klaus Frey, Fábio Duarte – Curitiba : Champagnat, 2009.
331 p. ; 21 cm.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7292-184-8

1. Administração pública. 2. Governança local.
3. Tecnologias de informação e comunicação. I. Cunha, Maria Alexandra. II. Frey, Klaus. III. Duarte, Fábio. IV. Título.

CDD 350



Sumário

Apresentação	9
Parte 1	
Perspectivas da democracia eletrônica local	
Democracia, desigualdade e tecnologias da informação e comunicação	19
<i>José Eisenberg</i>	
Perspectivas da democracia local na era digital	31
<i>Klaus Frey</i>	
Utilizando tecnologias digitais para a ampliação da participação pública no planejamento	51
<i>Deborah Peel</i>	
Democracia eletrônica no Reino Unido – superando a agorafobia	69
<i>Martin Ferguson</i>	
A interação do vereador brasileiro com o cidadão e com o Poder Executivo por meios eletrônicos	85
<i>Maria Alexandra Cunha</i>	
TIC e participação cidadã na América Latina – um estudo dos legislativos locais	119
<i>Carlos Marcos Batista</i>	

Parte 2

Cidadania e mídia na sociedade da informação

Cidadania na sociedade da informação 149
Kate Oakley

O papel das mídias no exercício da cidadania interativa:
apontamentos para políticas públicas 157
Hermílio Santos

Mídia e espaço público 169
Juremir Machado da Silva

Parte 3

Governança eletrônica e administração pública

Formas de governança eletrônica 179
Ester Kaufman

Administração pública e governança eletrônica: possibilidades
e desafios para a tecnologia da informação 195
José Carlos Vaz

Avaliação de custos pela inovação na prestação de serviços: emissão
de carteira de identidade e de atestado de antecedentes criminais 207
Florencia Ferrer

Limites e oportunidades da governança eletrônica local no Chile 227
José Ignacio Porras e Jorge Vásquez

Parte 4

Novos desafios, atores e abordagens

A urbanidade das redes digitais	251
<i>Dominique Boullier</i>	
Vida e política na Cidade do Conhecimento	267
<i>Gilson Schwartz</i>	
Cidades digitais paulistas: entre interação e informação nos portais municipais de cidades médias	275
<i>Rodrigo José Firmino, Rodrigo Alexandre Coelho e Azael Rangel Camargo</i>	
Inclusão digital e cidadania – iniciativas da sociedade civil – o caso do Comitê para a Democratização da Informática – CDI	303
<i>Pedro Jacobi</i>	
Sobre os autores	325

Apresentação

De cunho interdisciplinar e internacional, este livro apresenta-se como uma oportunidade de debate e troca de experiências sobre conceitos e experiências da Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação. A ideia de publicar o livro surgiu em 2004, durante o seminário organizado em Curitiba, com apoio da Unesco dentro do seu projeto “Tecnologias de Informação e Comunicação para a Melhoria da Governabilidade Local”. O evento foi coordenado pelo Governo do Estado do Paraná e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Além de textos de alguns dos palestrantes deste seminário, o livro contém ainda uma seleção de textos de autores que, em 2001, participaram do “Seminário Brasil – Reino Unido Cidadania na Sociedade da Informação”, promovido pelo *The British Council*, Governo do Paraná, PUCPR, TECPAR e Instituto Ágora – Cidadania Interativa.

Governança refere-se ao exercício de autoridade política e administrativa e à elaboração e implementação de políticas públicas, baseados na articulação de atores do setor público e da sociedade civil organizada, bem como dos próprios cidadãos para defesa de seus interesses e exercício de seus direitos e obrigações. Boa governança é caracterizada por participação, transparência e *accountability*. Os recentes avanços nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) abriram oportunidades para transformar o relacionamento entre o governo e a sociedade e entre a administração pública e os cidadãos. O uso das TICs pode aumentar o envolvimento dos cidadãos e de instituições da sociedade civil organizada no processo de governança e, até, o rápido desenvolvimento e efetividade de atuação de grupos de pressão. As vantagens para o governo dizem respeito a melhores serviços e à possibilidade de uma governança mais eficiente e efetiva. Além disso, menores custos de transação podem ser obtidos e os serviços públicos podem tornar-se mais acessíveis, disponíveis ao conjunto da população. Aumentam também as expectativas de

que as TICs podem vir a ser instrumentos de aprofundamento das práticas e processos democráticos. Da apropriação das TICs como instrumento inovador para a governança e democracia, surgiu um campo de conceitos e práticas que são abordados pelos artigos apresentados nesta coletânea, que abrange trabalhos de caráter teórico-conceitual e experiências práticas no Brasil, Europa e América Latina. Serão percebidos textos no formato acadêmico e também ensaios numa linguagem jornalística.

A coletânea se divide em quatro seções. Na primeira, intitulada **Perspectivas da democracia eletrônica local**, é tematizada a necessidade de se repensar a democracia contemporânea, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto no que diz respeito a seu aprimoramento pragmático, verificando experiências de novas práticas capazes de fortalecer a democracia contemporânea através do uso dos meios tecnológicos.

Face à preponderância da lógica do mercado e de uma visão tecnicista no desenvolvimento da sociedade da informação, José Eisenberg, professor de ciência política no IUPERJ, ressalta em seu artigo "Democracia, desigualdade, e Tecnologias da Informação e Comunicação" a necessidade de um processo reflexivo sobre as formas de apropriação dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Comparando com outros meios tradicionais de comunicação, o autor apresenta uma análise das implicações de poder e do potencial democratizante das novas TICs. As múltiplas ambiguidades que essa análise traz à tona evidenciam, conforme Eisenberg, uma grande crise linguística e sugerem a necessidade, por parte das ciências sociais, de abordagens teóricas inovadoras capazes de sistematizar o conhecimento sobre os impactos políticos dos novos meios de comunicação e de repensar as categorias analíticas habituais para o novo contexto da sociedade da informação.

Tomando como referência teórica recentes discussões das teorias contemporâneas de democracia, Klaus Frey, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Gestão Urbana na PUCPR, aborda em seu artigo "Perspectivas da democracia local na era digital" as possibilidades de fortalecimento da democracia local através da criação de redes cívicas e de fóruns de debate *online*. Partindo das debilidades que a democracia representativa de hoje apresenta, particularmente no contexto brasileiro, é sugerida a multiplicação de focos de disseminação da racionalidade comunicativa e com isso o estabelecimento de uma prática de deliberação democrática nos processos políticos locais. As novas TICs podem se tornar valiosos aliados neste processo, caso sejam implementadas políticas públicas correspondentes e medidas contra a exclusão digital. Para Frey, tanto as características técnicas da Internet como as experiências internacionais evidenciam este potencial democratizante das TICs.

Apresentação

Em seu artigo “Utilizando tecnologias digitais para a ampliação da participação pública no planejamento”, Deborah Peel, professora na *School of The Built Environment* na *University of Ulster*, Reino Unido, discute, com base em uma análise conceitual das teorias sobre participação pública em processos de governança local, as implicações do uso crescente de novas tecnologias da informação e comunicação para os processos de formulação de políticas públicas e de tomada de decisão. A escada de participação, distinguindo entre informação, consulta e deliberação como diferentes níveis de participação, serve-lhe como referencial para analisar o potencial das novas tecnologias digitais para aumentar o poder e a influência dos cidadãos em processos participativos de planejamento.

Baseado em um amplo levantamento do estado da arte da democracia eletrônica no Reino Unido, Martin Ferguson, consultor em governança eletrônica e professor da Universidade de Birmingham, apresenta uma tipologia para a análise de experiências e os avanços alcançados pelos governos locais no seu artigo “Democracia eletrônica no Reino Unido – superando ágorafobia”. Enquanto hoje ainda prevalecem iniciativas de automatização visando a uma maior eficiência de processos democráticos, aumenta o número de municípios preocupados com a informatização da democracia, no sentido de uma gestão efetiva do fluxo de informações nas próprias instituições municipais, mas também em relação ao envolvimento das organizações da sociedade civil e dos próprios cidadãos. Ainda muito raras são experiências que visam à transformação da natureza da própria democracia e ao alcance de resultados diferenciados, por meio de uma reengenharia dos processos democráticos. Ferguson detecta uma necessidade de estabelecimento de critérios claros e do desenvolvimento de concepções de referência para a compreensão e avaliação das experiências municipais em democracia eletrônica.

“A interação do vereador brasileiro com o cidadão e com o Poder Executivo por meios eletrônicos” é o título do artigo de Maria Alexandra Cunha, professora do Programa de Pós-Graduação em Administração na PUCPR, que mostra os resultados de um estudo exploratório sobre o uso de meios eletrônicos por vereadores brasileiros na comunicação com o cidadão, e com o Poder Executivo, desenvolvido sobre os municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. Não foram observadas iniciativas e práticas que possam facilitar o envolvimento democrático, vereador-cidadão, ou ainda interação eletrônica entre vereador e Poder Executivo. Contudo, o uso dos meios eletrônicos por algumas câmaras mostra que avanços estão sendo feitos no uso da tecnologia pelo Poder Legislativo. E, ainda, o uso dos meios eletrônicos por alguns poucos vereadores demonstra avanços na busca daqueles benefícios que se apresentam como potenciais para a ampliação da prática democrática.

A expansão do uso das TICs significa uma mudança no espaço político de participação e nas práticas de participação na medida em que reduz a necessidade da interação pessoal, levando o debate político para o campo virtual. As novas tecnologias encurtam a distância entre cidadãos participantes e seus representantes. Carlos Marcos Batista, professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, em seu estudo intitulado “TIC e participação cidadã na América Latina – um estudo dos legislativos locais”, avalia a presença de fatores indicativos de participação cidadã nos *sites* das casas legislativas em municípios selecionados na América do Sul e pretende responder como ocorre o engajamento político pela via digital. São apresentados fatores de participação cidadã observados nos *sites* dos legislativos que permitem aos cidadãos obter informações relevantes sobre a estrutura e funcionamento dessas casas e informações sobre seus representantes. Como conclusão, o autor mostra que, entre 2002 e 2006, houve aumento da presença desses fatores nos *sites* visitados.

Na segunda parte, intitulada **Cidadania e mídia na sociedade da informação**, discute-se a perspectiva e condições do exercício da cidadania face às transformações sociais, políticas e culturais de sociedades caracterizadas cada vez mais pela globalização e predominância da informação nos processos de desenvolvimento social, incluindo artigos que refletem sobre o papel da mídia no processo do fortalecimento da cidadania.

Em seu artigo “Cidadania na sociedade da informação”, Kate Oakley, professora visitante do Departamento de Política e Gestão Cultural, na *City University* de Londres, e professora adjunto da Faculdade de Indústrias Criativas na Universidade Tecnológica de *Queensland*, Austrália, discute a transformação do conceito de cidadania no atual contexto da sociedade da informação sob os pontos de vista (1) das mudanças das formas de identidade vivenciadas pelos cidadãos, (2) das potencialidades e limites de inclusão social e econômica proporcionados pelas novas tecnologias digitais e (3) do potencial das novas tecnologias em contribuir para o aprofundamento da democracia. Mesmo reconhecendo, sobretudo no caso do Reino Unido, avanços significativos nas três dimensões analisadas, a autora alerta para a distribuição desigual dos recursos tecnológicos e para a necessidade de mudanças sociais e econômicas profundas como pré-condição para que todos possam plenamente vivenciar a cidadania na sociedade da informação.

Hermílio Santos, professor da PUCRS, desenvolve seu artigo “O Papel das mídias no exercício da cidadania interativa: apontamentos para políticas públicas” discutindo a maneira como setores sociais marginalizados poderiam ter sua condição de cidadania recuperada, fazendo uso dessas tecnologias para que estejam em condições de contribuir para o desenvolvimento sustentável

das comunidades em que vivem. A partir dessa reflexão, Santos procura fazer alguns apontamentos para o estabelecimento de políticas públicas capazes de favorecer a criação de melhores condições para o exercício da cidadania, em especial por parte de populações urbanas em condições econômicas e sociais desfavoráveis. Para isso, o autor desenvolve preliminarmente o conceito de “cidadania interativa”, partindo do pressuposto de que a capacidade dos indivíduos participarem satisfatoriamente do processo de interação social contribui substancialmente para o exercício da cidadania no mundo contemporâneo e de que mídias digitais podem representar um instrumento capaz de desempenhar um papel relevante neste processo.

Em “Mídia e espaço público” Juremir Machado da Silva, também professor da PUCRS, faz um balanço cáustico da mídia brasileira. A partir dessa análise, o autor avalia as potencialidades oferecidas pela Internet para a constituição do que ele chama de “esfera pública libertária”. Machado da Silva reconhece a capacidade técnica da Internet para que isso se concretize. Entretanto, a partir do balanço que faz sobre o conteúdo veiculado por outras mídias, e a lógica que orienta a pauta da imprensa brasileira, a avaliação do autor não encoraja qualquer leitura que permita acreditar que a Internet possa representar um flanco contra a miséria da imprensa brasileira, em que a reflexão crítica dá lugar à criação de ídolos instantâneos. Nessa tendência, o papel da Internet, já devidamente domesticada pelos grandes grupos de mídia, não seria outro senão cumprir a tarefa de replicar a lógica já instaurada em outras mídias.

Na terceira seção, intitulada **Governança eletrônica e administração pública**, enfatiza-se as transformações e experiências inovadoras no crescente uso das TICs na administração pública municipal e estadual, os avanços alcançados e problemas enfrentados pelo poder público.

No primeiro artigo desta seção, a consultora e especialista universitária Ester Kaufmann, radicada na Argentina, apresenta uma visão geral sobre as diversas “Formas de governança eletrônica”, enfocando o modelo associativo de governança eletrônica que exige da administração pública uma nova postura participativa no gerenciamento e planejamento dos serviços eletrônicos governamentais. Diante da tendência de segmentação dos públicos do governo eletrônico, Kaufmann discute o conceito dos “episódios da vida” como norteador do modelo associativo de governança eletrônica e demonstra sua utilidade no caso da experiência do município de *Leicester* no Reino Unido.

Em seu artigo “Administração pública e governança eletrônica: possibilidades e desafios para a Tecnologia da Informação”, José Carlos Vaz, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, aborda os possíveis ganhos da governança eletrônica para a promoção da transparência e,

consequentemente, do aumento de possibilidades de controle social por parte da sociedade civil e do próprio cidadão, tendo como ponto de partida as experiências dos municípios brasileiros. Segundo Vaz, estratégias de governança eletrônica deveriam ser vinculadas aos programas de modernização administrativa e de ampliação da participação democrática. Os esforços deveriam ser direcionados para afastar os riscos de uma modernização conservadora e autoritária para a democratização do acesso à informação, de modo que se evite um aprofundamento maior da exclusão social.

O trabalho de Florencia Ferrer, do Núcleo de Estudos e Desenvolvimento de e-governo da Fundap/FAPESP, é um estudo dos custos dos processos de identificação dos cidadãos e de certificação de antecedentes criminais, comparando o processo realizado tradicionalmente nas Delegacias da Polícia Civil do Estado de São Paulo com aquele realizado nos Postos Poupatempo. O artigo "Avaliação de custos pela inovação na prestação de serviços: emissão de carteira de identidade e de atestado de antecedentes criminais" apresenta, na base de uma mensuração feita das atividades do Estado e da Sociedade Civil, uma avaliação de todos os recursos utilizados. Uma das principais conclusões do estudo é que a implantação dos Postos Poupatempo apresentou economia líquida em todos os anos durante todo o período estudado. Ou seja, o investimento do Estado foi mais que compensado pelos benefícios econômicos recebidos pela sociedade.

Partindo do marco conceitual e analítico da governança eletrônica, os Professores José Ignacio Porras da *Universidad Bolivariana* e Jorge Vásquez da *Universidad Tecnológica Metropolitana* (UTEM) do Chile, ambos consultores em governo eletrônico, apresentam ao leitor brasileiro o caminho chileno para a governança eletrônica, os avanços alcançados e os limites encontrados, ressaltando a ênfase dada em estratégias governamentais centralizadas e restrita abertura de canais efetivos de participação cidadã. No artigo "Limites e oportunidades da governança eletrônica local no Chile" Porras e Vásquez apresentam um estudo empírico sobre as percepções dos usuários de Infocentros no Chile que revela uma dissociação entre as estratégias do governo central, orientado pela eficiência instrumental e econômica, e os sistemas de governança mais participativos que emergem em nível local, como principal desafio a ser enfrentado pelos governos e pesquisadores da governança eletrônica no Chile.

Na quarta e última seção desta coletânea, **Novos desafios, atores e abordagens**, são reunidos artigos que refletem sobre o necessário papel e possíveis estratégias das cidades em relação à promoção da sociedade da informação, seja no que diz respeito às escolhas tecnológicas ou à inclusão

Apresentação

digital como política pública local, e que apresentam experiências inovadoras de uma universidade e de uma organização não-governamental na ampliação do uso das TICs dentro de uma perspectiva de emancipação social.

No artigo intitulado "A urbanidade das redes digitais", Dominique Boullier aborda as redes digitais escolhendo limitar-se à questão do urbanismo, retomando conceitos propostos por Henri Lefebvre para caracterizar a cidade, a centralidade e a acessibilidade. Para se orientar no desenvolvimento de uma tecnologia emergente, como a Internet, onde numerosas inovações são totalmente imprevisíveis apenas alguns meses antes, é preciso repolitizar cada uma das escolhas técnicas a serem feitas. Boullier defende que preservar o pluralismo deve ser um objetivo constante para melhor indicar que várias sociedades são possíveis e devem ser debatidas também em suas dimensões mais técnicas.

Em seu artigo "Vida e política na Cidade do Conhecimento", Gilson Schwartz, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, apresenta o projeto Cidade do Conhecimento, do qual é coordenador geral, como uma iniciativa induzida a fim de se criar uma rede para propiciar intensa interação entre o mundo do trabalho e o mundo da escola. Reconhecendo-se o papel central das tecnologias de informação e comunicação como fator de empregabilidade, procura-se fazer com que a Universidade cumpra um papel mais destacado na articulação com diversos setores da sociedade, balizando suas atividades pelo compromisso de tornar a produção do conhecimento acessível a mais e mais indivíduos, organizações e empresas.

Em "Cidades digitais paulistas: entre interação e informação nos portais municipais de cidades médias", Rodrigo Firmino, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Rodrigo Alexandre Coelho e Azael Rangel Camargo, respectivamente, ex-bolsista PIBIC e Professor Associado do curso de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, analisam as características estruturais e tipológicas dos portais municipais das cidades médias do Estado de São Paulo, usando como referencial um conceito amplo de cidade digital, considerando, além dos aspectos técnicos da sua construção na Internet, suas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e espaciais. O artigo chega a identificar uma série de limitações dos portais, sendo basicamente entendidos como meios de disponibilizar informações ao cidadão. Os portais estão sendo criados conforme a lógica da própria administração pública, desconsiderando a espacialidade urbana, e ainda exploram muito pouco as potencialidades da utilização das cidades digitais como espaço de participação nas políticas públicas locais. Os autores propõem cinco níveis de classificação dos portais municipais, considerando, entre outras coisas, níveis de difusão de informação, serviços e comunicação, navegabilidade e usabilidade.

Finalmente, Pedro Roberto Jacobi, Professor da Faculdade de Educação da USP, apresenta o trabalho "Inclusão digital e cidadania – iniciativas da sociedade civil – o caso do Comitê para a Democratização da Informática – CDI". Esse relato trata de uma das mais bem-sucedidas e reconhecidas tentativas para tornar a informática mais acessível a comunidades carentes, uma experiência sem precedentes em termos de envolvimento de voluntários, apoio institucional e empresarial, bem como de capacidade de replicação, considerando que as Escolas de Informática e Cidadania (EICs), tendo nascido no Rio de Janeiro, já se encontram presentes em praticamente todos os Estados brasileiros e em vários outros países. Além disso, a experiência do CDI revela como é fundamental o papel da sociedade civil na articulação de diversos setores para tornar a sociedade da informação uma realidade para amplos setores sociais.

Reunindo autores da academia e profissionais da governança eletrônica, a coletânea destina-se a gestores públicos, acadêmicos, professores, pesquisadores e estudantes de administração, administração pública e gestão urbana, comunicação e tecnologia de informação; parlamentares, especialmente aqueles da esfera municipal; organizações do Terceiro Setor e cidadãos interessados no tema. Espera-se que esta coletânea possa contribuir para um aprofundamento das reflexões críticas em torno das possibilidades e limites da governança eletrônica nos municípios brasileiros, bem como estimular novas experiências municipais capazes de reinventar as práticas políticas e administrativas dentro de uma perspectiva democrática.

Os Organizadores

Parte 1
Perspectivas da
democracia eletrônica local

Democracia, desigualdade e tecnologias da informação e comunicação

José Eisenberg

Em minhas recentes investigações sobre a relação entre democracia e as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), ando particularmente preocupado com o que chamo de problema da “tecnicidade” desses meios. As técnicas associadas a este ou àquele meio de transmitir e receber informação e comunicação têm um impacto sobre as formas de organização política das sociedades que muitas vezes passa despercebido. É difícil conceber, por exemplo, o Estado-nação surgindo como unidade organização político-territorial ao longo do período que vai do século XV ao XVII, sem pensar no papel que a produção e a circulação de cartas tiveram na construção daquele modelo de organização político-territorial, dependente que era, em seus primórdios, dos mensageiros a cavalo percorrendo o reino. Da mesma forma, é difícil pensar na evolução da sociedade de massa sem levar em conta o desenvolvimento das formas elétricas de comunicação, desde o telégrafo até as formas audiovisuais mais modernas como a televisão. Parece-me que há bons motivos para acreditar que as formas de desenvolvimento e organização da política são em grande medida determinadas por técnicas, tecnologias de informação e comunicação que estão disponíveis àquela sociedade naquele determinado momento. Neste texto, eu gostaria de explorar um pouco mais profundamente essa questão.

Considero que há uma profunda crise nas linguagens e nas formas de pensar e se expressar, no plano das ciências sociais e nos acontecimentos políticos e sociais ao nosso redor. Costumo brincar que os PC's, nossos *personal computers*, são os últimos que sobreviveram ao muro de Berlim; todos os outros “PC's” – os partidos comunistas – caíram, e sobreviveram somente os PC's. Isso não significa serem eles melhores ou piores que os outros, mas estamos, com certeza, enfrentando uma crise linguística profunda na busca por maneiras de compreender a política e a sociedade do mundo contemporâneo. Esse problema nos leva a refletir sobre política e sociedade como novos termos, e acabamos sempre “fetichizando” certas expressões, caindo em jargões difíceis de escapar, como “globalização” e

“a grande aldeia global”. São expressões que pecam por não refletirem de maneira um pouco mais concreta sobre as (supostas) novas realidades que elas representam. Pecamos muitas vezes por não pensar a respeito das palavras que merecem ser preservadas e utilizadas para exprimir o que está acontecendo no mundo, e das medidas reais que serão capazes de dotar essas palavras de significados concretos.

Eu sugeriria que duas dessas palavras são cruciais e ambas precisam ser redefinidas. A primeira delas é mercado, porque é difícil, nos dias de hoje, pensar numa solução linguística para os problemas de descrever e pensar normativamente o mundo em que vivemos que não inclua uma compreensão do que significa viver numa sociedade de mercado. A segunda palavra é democracia, pois, não conseguimos conceber exatamente o que seria viver numa sociedade que não fosse democrática de alguma maneira. No entanto, nós sabemos que não queremos uma sociedade-mercado tal qual foi definida, digamos assim, pela experiência paradigmática do *laissez-faire* do século XIX, e nem queremos viver numa democracia alicerçada na estrutura burocrática do governo representativo, tal qual concebida por Stuart Mill no mesmo século. Compartilho com muitos certa desilusão em pensar que o século XX foi perdido em guerras monumentais, e muito pouco se pensou, ao longo do século, em soluções inovativas para repensar o significado desses dois termos.

Enquanto ambiente de discussão, a Internet já está sendo capaz de gerar um outro tipo de debate sobre a necessidade de redefinir o primeiro termo, mercado. Chamo a atenção para um *site*, que depois virou um livro, conhecido como *The cluetrain manifesto*, ou Manifesto do trem de pistas, em que algumas pessoas que estavam envolvidas no projeto da produção da rede de computadores desde o início, se uniram para argumentar e divulgar a ideia de que está acontecendo uma grande revolução passiva na Internet, uma revolução que envolve uma redefinição e um repensar do que são os mercados (*markets*). O manifesto, dirigido fundamentalmente às empresas que estão entrando na Internet e utilizando-se desta para o comércio eletrônico, dirige-se a elas para dizer que basta da conversa mole dos departamentos de marketing, que estão colonizando a rede mundial de computadores (*world wide web*) com conceitos antiquados importados dos meios de comunicação de massa do século XX. Nós, consumidores, não somos idiotas, diz o manifesto; nós sabemos o que queremos, e não basta embalar produtos em caixinhas bonitinhas para nos convencer a comprá-los. O consumidor de hoje é um consumidor exigente que sabe o que procura e que não se deixa levar pelos mecanismos tradicionais de difusão de produtos que os meios de comunicação de massa utilizavam nesses mercados.

Os autores e signatários do manifesto compartilham a noção de que mercados são conversações e, à medida que esses mercados se tornam interconectados e os trabalhadores das empresas que oferecem produtos também se tornam intraconectados, um processo gradual e silencioso de transformação do mundo e desses mercados está em curso, alterando de maneira estrutural as formas como se darão as transações econômicas dentro da rede, e como se articularão, conseqüentemente, suas hierarquias econômicas.

No caso da democracia, nós estamos dando passos muito mais lentos nesse sentido. Até hoje, as ciências sociais produziram muito pouco no sentido de renovar a teoria democrática para pensar o impacto das novas TICs, e em que medida nós teremos que reescrever os significados da palavra democracia se quisermos dar um sentido positivo às novas tecnologias que se colocam à disposição da gerência da coisa pública, e da política.

Além da aparente lentidão das ciências sociais em responderem a essas transformações no mundo concreto, há outra importante razão para que precipitemos uma reflexão a respeito do impacto da Internet em nossas concepções e práticas da democracia: dados mundiais sobre a Internet demonstram ser esta um novo mecanismo de produção de desigualdades sociais, pois produz uma nova camada de exclusão social, além de reproduzir e aprofundar determinadas desigualdades sociais que já estavam presentes. Apenas 3% a 4% da população mundial, os países desenvolvidos e as elites dos países em desenvolvimento, têm acesso à rede mundial de computadores. Entretanto, se em todas as localidades do globo não se começar a refletir seriamente sobre qual será e qual é o papel da Internet na gerência da coisa pública, no fazer a política no cotidiano das sociedades, nós corremos o sério risco de viver numa sociedade como, por exemplo, a brasileira de hoje em dia, decorrente da ciência social, no Brasil, na década de 50, quando da inserção da televisão como novo meio de comunicação, que não parou para refletir sobre as conseqüências desse processo, nem sobre como a televisão afetaria a vida política dessa sociedade. O resultado evidente dessa negligência é que essa sociedade tornou-se literalmente refém, do ponto de vista da disseminação da informação no plano nacional, do monopólio de uma única organização de empresas de comunicação. Em minha opinião, as ciências sociais brasileiras devem se responsabilizar pelo fato de não terem produzido no momento adequado uma reflexão crítica que pudesse orientar essa sociedade no sentido de produzir modelos alternativos de apropriação do meio de comunicação que então se implantava no Brasil. E o caso da Internet me parece ser uma situação desse tipo. Se nós não refletirmos agora sobre como queremos nos apropriar desse meio de comunicação, daqui a vinte ou trinta anos talvez nós

descubramos que a Internet está de fato se universalizando do ponto de vista da questão do acesso, só que as formas de controle e os usos aos quais ela está sendo posta distanciam-se, e muito, dos ideais de mercado e democracia que a princípio orientavam as nossas reflexões.

Não é necessário expor dados minuciosos para que todos tenham uma ideia da realidade dessa exclusão digital, que inclui desde condições de acesso a equipamentos de computação até a capacitação cognitiva aos produtos e às informações que estão circulando na Internet. Basta lembrar que 20% das pessoas mais ricas do mundo correspondem a 95% dos usuários de Internet, e que 80% da população mundial corresponde a apenas 5% dos usuários de Internet. Refletir sobre como esse meio de comunicação pode vir a afetar nossas vidas políticas e nossa democracia, significa pensar, em primeiro lugar, quais seriam os atributos técnicos desse meio de comunicação e quais características políticas associadas a esses atributos técnicos afetam as formas de sua assimilação no contexto da comunicação política. Os meios técnicos de comunicação não são politicamente neutros, e essa parcialidade não resulta somente das maneiras com que se apropriam deles os diversos atores sociais em suas respectivas posições hierárquicas no seio da sociedade; esses meios também são politicamente não neutros por causa de certas características técnicas que podem lhes ser atribuídas, e que impactam sobre a capacidade e forma com que os diversos atores sociais deles se apropriam. Antes de entrar propriamente na discussão de como a Internet vem sendo politicamente apropriada, eu gostaria de tecer algumas considerações de âmbito mais geral sobre a relação entre política e técnica.

Falar de política significa falar de poder. E falar em política significa falar em algo diferente de violência e guerra, significa falar no poder que é exercido através da comunicação social. A consequência mais imediata do caráter comunicativo do poder político é a produção de uma ambiguidade onde duas características da comunicação social manifestam-se simultaneamente. Por um lado, na ação comunicativa que define uma relação de poder, você tem um elemento negativo relacionado à prática de eliminação de autoridades na interação comunicativa. Quando se exerce poder, transforma-se o outro em meio para seus próprios fins. A ação comunicativa é, dessa forma, estrategicamente orientada e elimina-se, portanto, a simetria e igualdade construída em princípio nessa relação de comunicação. Entretanto, por outro lado, a relação de poder também tem um elemento positivo que gera novas autoridades. Nesse próprio processo de busca de eliminação da autoridade alheia, surge a reafirmação de novas autoridades, constroem-se novas identidades sociais e individuais e, portanto, o poder constrói e destrói simultaneamente identidades e autoridades.

Pensemos agora no que acontece nesse modelo básico de interação e poder se nós introduzirmos a intermediação do meio técnico. O que acontece com essa ambivalência, essa dupla natureza das interações comunicativas enquanto interações políticas? John B. Thompson, num livro sobre a questão das mídias de massa, observa que o primeiro atributo da tecnicidade numa interação comunicativa é a fixação das manifestações linguísticas. E aqui o paradigma é o da introdução da escrita no processo comunicativo. A interação comunicativa oral, face a face, tem como instrumentos de emissão e recepção a fala e a audição. A escrita fixa essas manifestações e funciona, portanto, como forma de substituição da memória, já que não mais precisamos lembrar da mensagem proferida. Podemos contar com o fato de que tal mensagem está fixada em algum meio técnico que permite recuperar o sentido original da mensagem. Assim, do ponto de vista político, essa fixação inscreve a dialética entre poder e autoridade em uma luta social pelos meios de fixação das mensagens, que podem agora ser manipulados politicamente por aqueles que têm maior acesso aos meios de fixação de mensagens. Quando há um monopólio desses meios de fixação por parte de alguns atores sociais, geram-se relações de dominação marcantes. Um exemplo clássico disso, descrito por vários autores importantes que estudavam os encontros do Novo Mundo, como Stephen Greenblat e Tzvetan Todorov, é o papel que a escrita teve enquanto mecanismo de fixação das mensagens na construção de relação de dominação entre europeus e os povos da América. O fato de que os europeus eram capazes de fixar as mensagens e as comunicações entre aqueles povos era um elemento fundamental da dominação exercida pelos europeus sobre os povos do Novo Mundo.

O segundo atributo do meio técnico é a sua reprodução, a sua reprodutibilidade, ou seja, a capacidade que o meio técnico introduz para produzir diversas cópias de uma mesma mensagem. A reprodutibilidade da mensagem proferida confere ao emissor maior capacidade de difusão da sua mensagem, pois ela pode ser proferida simultaneamente a muitos receptores. Como mostra Thompson, é esse atributo da tecnicidade da comunicação, a sua reprodutibilidade, que está mais diretamente ligado a sua commodificação numa sociedade capitalista, pois há um ganho de escala, um verdadeiro avanço fordista no plano da comunicação.

Por fim, à medida que o meio técnico codifica uma mensagem, requer a produção de uma nova linguagem – a escrita já é uma nova linguagem, diferente da oralidade, e todo o meio técnico que avança em relação à escrita envolve uma nova codificação. Os códigos necessários à produção da informação implicam em novas exigências sobre as capacidades cognitivas

do receptor para que este possa compreender a comunicação. Enquanto que o aprendizado da linguagem oral resulta de um processo inexorável de socialização, já que a criança é socializada na língua sem que precise, em momento algum, experimentar o processo de codificação; a compreensão de códigos do meio técnico sempre requer um tipo de socialização específica. A fixação da mensagem através de códigos específicos gera, portanto, níveis de inclusão ou exclusão de sujeitos dos processos comunicativos à medida que são socializados ou não nessas técnicas. O que é o analfabetismo senão um mecanismo de exclusão social articulado através de formas específicas de apropriação dos mecanismos de fixação da escrita, controlados em sua grande maioria, no caso brasileiro, por instituições privadas de ensino?

Nós chegamos, então, a partir desta análise, a uma certa dinâmica política associada a cada um desses atributos do meio técnico. Se nós pensarmos que toda comunicação é ambígua, operando tanto no sentido de produzir poder e assimetria, quanto no sentido de produzir simetria e alteridade, isto é, entendimento mútuo, podemos pensar em uma lógica dual para cada um destes atributos. Quando o monopólio do atributo de fixação do meio técnico opera como instrumento de poder, gera esquecimento naqueles que não o detêm. Se você detém instrumentos de fixação de mensagens e quer utilizá-los estrategicamente para construir uma relação de dominação, gerar o esquecimento das mensagens é a sua arma. Se você quer, por outro lado, construir uma relação de entendimento mútuo, simétrica, a fixação opera no sentido da produção de memórias coletivas que podem ser compartilhadas. No plano da reprodução, do ponto de vista das assimetrias do poder, estamos evidentemente falando do controle econômico sobre esses meios de reprodução. Já a dispersão ou socialização dos mecanismos de reprodução implica em maior capacidade por parte dos receptores e de outros agentes reproduzirem mensagens. Essa dispersão da capacidade de reprodução consegue reduzir distanciamentos espaço-temporais que marcam a vida política de vastas nações como a nossa, permitindo assim que os chamados "grotões da república" tenham algum acesso ao processo de formação da opinião pública.

Se avaliarmos as diferentes mídias que constituem nosso universo contemporâneo da perspectiva deste modelo teórico, o que iremos descobrir é a impossibilidade de decidir, *a priori*, sobre o efeito democratizante ou não de determinada mídia, seja a imprensa, o rádio, a TV, ou mesmo a Internet. Os atributos técnicos de todos esses meios possuem ambiguidades associadas a essa sistematização.

Pensem no problema da fixação. A imprensa surge como meio de acréscimo, de aumento da fixação e, portanto, cria a possibilidade de gerar uma memória coletiva. Habermas (2003) apontou muito bem em seu livro clássico "A mudança estrutural da esfera pública", o papel que essa mídia teve na construção do espaço público burguês do século XVIII. O rádio e a televisão, por sua vez, se tornaram instrumentos que, ao diminuírem a capacidade de fixação das mensagens efêmeras que produzem, apontam na direção contrária. Você ouve a mensagem no rádio e esta evanesce (obviamente, nós temos instrumentos de gravação e reprodução, mas estes não são inerentes à mídia propriamente). A Internet, curiosamente, reintroduz, aparentemente, um instrumento de fixação de memória, mas eu lembraria o que discos rígidos apagados por vírus significam: uma grande e drástica destruição de memória.

Desse ponto de vista, o que está em jogo aqui é um problema para historiadores. Do ponto de vista da democratização em nossas sociedades, a trajetória específica da imprensa levou a uma cultura de arquivos de imprensa muito rica, onde tanto órgãos de imprensa, como órgãos públicos relativos à documentação, sempre mantiveram arquivos dos periódicos, guardando diários e jornais para pesquisa histórica subsequente para a construção dessa memória coletiva. O mesmo não ocorre com os órgãos de mídia audiovisual. Quem hoje tentar pegar a cópia de um telejornal de três décadas atrás, terá uma surpresa muito desagradável. A fita desse evento provavelmente não existe mais em nenhum lugar de acesso público. O setor público brasileiro nunca se deu ao trabalho de construir um arquivo da memória das imagens e das transmissões jornalísticas audiovisuais ao longo dos últimos 40 anos, e os órgãos de mídia mantêm um arquivo que, no máximo, satisfaz a pré-requisitos jurídicos de questões relativas aos últimos cinco anos, antes dos quais qualquer cláusula jurídica seria abandonada por prescrição. Portanto, não temos memória coletiva do que foi, pelo menos nos últimos 30 anos, a principal forma de jornalismo e disseminação de informação neste país, o jornalismo televisivo. O que temos são tentativas individuais, esporádicas, dispersas, de indivíduos ou instituições, de manter alguma forma de arquivo. Uma estratégia sistemática nesse sentido nunca se desenvolveu em nosso país. Corremos o mesmo risco com a Internet, pois, sujeita a um processo semelhante, em que a perda de memória coletiva, ainda que tenha os instrumentos técnicos para a autofixação de mensagens, não é tratada como problema político.

Do ponto de vista da reprodução, a imprensa escrita é lenta e tende a realçar o elemento de controle. No caso brasileiro, basta lembrar quantos jornais nós temos que podem ser efetivamente considerados jornais de alcance nacional.

Em tiragens de jornais como *O Globo*, ou *A Folha de São Paulo*, ambos, jornais de maior tiragem no Brasil, mais da metade de suas tiragens está concentrada na cidade de origem, onde são produzidos. No caso do rádio e da televisão, a reprodução é muito rápida e há, portanto, um elemento de dispersão da mensagem, denotando o efeito inerentemente democratizante desses meios. A TV tem um papel fundamental na história brasileira, pelo menos no sentido de democratizar o acesso à informação, à medida que informações via antena puderam chegar a diversos lugares desse país sem acesso a informação alguma anteriormente. A Internet, de alguma maneira, reproduz essas condições de rápida dispersão de informações. Na questão da competência cognitiva, o padrão de certa forma se inverte. Na imprensa escrita, a competência cognitiva exigida é alta, e mais alta ainda no caso da Internet, onde, para além da escrita, o próprio uso dos recursos técnicos de computação dificulta o acesso. No caso da radiodifusão e da televisão, os requisitos de competência cognitiva são bastante baixos.

Enfim, há certa ambiguidade da Internet em relação a seu efeito democratizante, pois é democratizante em alguns sentidos, e não é em outros. A questão central, no entanto, é que não sabemos exatamente do que estamos falando quando falamos dos atributos técnicos da Internet. Por exemplo, hoje a Internet ainda é um meio que depende fundamentalmente da escrita como forma de comunicação e essa situação tem sido responsável (existem algumas pesquisas antropológicas nesse sentido) por uma grande renascença nas novas gerações do uso da escrita. Os meninos e meninas de nove, dez anos de idade que estão sendo socializados no mundo da Internet, escrevem muito mais, por exemplo, do que as gerações anteriores, que passaram a infância inteira em frente à televisão. Contudo, isso provavelmente é um fenômeno passageiro, dado que o controle dos mercados sobre a Internet e o interesse numa maior difusão do comércio eletrônico, das atividades lucrativas associadas ao meio Internet, levará em breve a um aprimoramento dos recursos audiovisuais da Internet, tornando o modelo da televisão interativa a forma predominante de comunicação na rede.

Essa análise da relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a política ficaria incompleta, no entanto, se nós não introduzíssemos também o fato de que a política do mundo contemporâneo é, antes de tudo, um conjunto de alterações mediadas por instituições responsáveis pela difusão de informações que são consideradas pelo público em política. Em outras palavras, é ingenuidade pensar que a mídia é somente mais uma indústria, na gama de indústrias do capitalismo. Eu diria que só uma indústria se compara, do ponto de vista estratégico, com a mídia nas sociedades contemporâneas, e

essa é a indústria bélica. A indústria bélica e a indústria de mídia são duas indústrias que requerem certos tipos de controle público, já que têm papel estratégico na economia da informação e da violência em uma sociedade. Acho que os eventos de 11 de setembro de 2001 e as escandalosas leis de censura, subsequentemente propostas pelo presidente americano George W. Bush para os meios de comunicação, são evidência clara da similaridade estratégica dessas duas indústrias: a mídia e a indústria bélica. Antes do atentado às torres gêmeas, qualquer acidente aéreo era seguido de inúmeros telefonemas nos quais grupos terroristas de toda sorte reivindicavam a autoria do atentado. Depois do 11 de setembro, acidentes aéreos continuam a ocorrer – é verdade que com menor frequência – mas ninguém mais ouve comentários sobre os grupos terroristas, que certamente reivindicam autoria pela queda de aviões que muitas vezes simplesmente caíram por falha mecânica ou humana. Não ouvimos sequer a possibilidade de que alguém houvesse ousado pedir a autoria por um desses crimes, enquanto que, em qualquer outro contexto, a coisa mais comum ou esperada de acontecer entre os meios de comunicação de massa, seria diversos grupos irem imediatamente à CNN ou a qualquer outro canal de mídia, e outorgarem a si a autoria do atentado. Eu diria que a indústria de mídia, neste sentido, é ainda mais importante que a indústria bélica, porque guerra é uma situação de exceção enquanto que a indústria de mídia opera no cotidiano da vida das sociedades modernas.

O que está acontecendo, então, do ponto de vista da inserção da Internet neste cenário? Alguns diriam que sua forma de apropriação econômica – como vem sendo assimilada e incorporada como meio de comunicação por este setor estratégico e fundamental da indústria capitalista, a mídia – é mais democrática, menos oligopolizada, menos monopolística, do que a experiência com os outros meios que a antecederam. Argumenta-se que os custos reduzidos de produção de mensagens associadas à Internet permitem a formação de uma configuração competitiva mais próxima de um mercado marshalliano, diferente, digamos, de indústrias de mídia como a televisão, cujos custos para a entrada no mercado são altíssimos. Não creio que isto seja possível nem que esteja acontecendo. Os custos de produção de mensagens na Internet são, de fato, baixos, tão baixos que, hoje, ao invés de convivermos com um meio de comunicação que nos provenha com informação mais democrática, corremos o sério risco de tornarmo-nos vítimas do excesso, de uma avalanche de informações em que diferenciar informação fidedigna de calúnia, diferenciar informação relevante de superfluidades, torna-se uma operação demasiadamente custosa para o usuário da Internet. Vivemos hoje dois cenários verdadeiramente kafkianos: navegar ao léu por não saber o que buscar na

Internet, ou saber o que quer, mas não conseguir encontrar. Neste contexto, é curioso perceber como os mecanismos de filtragem da informação, os conhecidos mecanismos de busca, estão crescentemente se tornando um instrumento fundamental para entender como política e informação interagem na Internet. Quem filtra? Quem produz os *softwares* que filtram? O que se quer que esses processos de filtragem permitam (ou não) àquele que navega na rede? Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Anna Sampaio e Janni Aragon (2002), publicada no livro *Internet e Política: a teoria e prática da democracia eletrônica*, comparou quatro *softwares*, conhecidos como *baby-sitter softwares*, isto é, *softwares* que permitem aos pais colocar filtros adicionais aos mecanismos de busca tradicionais para evitar que seus filhos sejam expostos a conteúdos como pornografia, violência, etc. Nessa pesquisa, Sampaio e Aragon descobriram que os quatro aplicativos pesquisados excluem dos resultados da pesquisa qualquer assunto relativo a feminismo, desaparece das “coisas encontráveis” pelos mecanismos de busca, por exemplo, se um cidadão de 14 anos de idade do sexo feminino procura informações sobre causas e/ou problemas relativos ao corpo da mulher. Trata-se de um exemplo de *software* que foi produzido intencionalmente com o objetivo de censurar informação. Entretanto, todo mecanismo de busca, em última instância, opera como um mecanismo de filtragem desse tipo. E nós controlamos muito pouco e sabemos muito pouco sobre o que acontecerá com esses tipos de *software* ao longo do tempo e quem os controlará.

No entanto, há cenários mais preocupantes do que esse. Cass Sunstein (2002), em seu livro intitulado *Republic.com*, mostra como a Internet supostamente amplia a sociedade civil, pois permite a formação de uma sociedade civil internacional, onde estaremos todos conversando, cidadão com cidadão, discutindo as questões de um mundo globalizado e formando gradualmente uma esfera pública virtual. Antes da Internet, havia certos agentes que produziam opinião pública e nós cidadãos éramos apenas os que referendavam, ou não, aquilo que os meios de comunicação nos davam como “a opinião pública”. A Internet, supostamente, está subvertendo isso, permitindo uma participação mais ativa do cidadão nesse espaço. Como os problemas de filtragem de informações serão resolvidos, neste infinito universo de informações que a Internet provê, torna-se crucial do ponto de vista político. A tendência, de acordo com Sunstein (2002) é a produção daquilo que, ironicamente, Bill Gates um dia tratou como uma das coisas mais lindas que acontece com o advento da Internet: em breve todo mundo terá o seu *Daily me*, isto é, um diário de notícias feito só pra mim, com tudo que eu quero saber, que só eu quero saber, de forma que eu não precise mais abrir nenhum jornal. Abro

meu *Daily me* e leio somente as informações que me interessam. O problema deste cenário, aparentemente positivo e libertador, é uma individualização profunda daquilo a que as pessoas selecionam se expor, ou seja, um profundo empobrecimento da esfera pública. Porque, ao invés da esfera pública se tornar o lugar onde o cidadão se encontra com informação não desejada, inesperada, com fatos antes não conhecidos, com fatos não previstos – todas estas características fundamentais da esfera pública – o cidadão estará exposto permanentemente, e somente, a formas e tipos de informação que, de antemão, conformam com uma imagem que ele tem de si mesmo. A perda desta dimensão de encontro com estranhos e informações desconhecidas e inesperadas, tão cara a um ideal de esfera pública, representa, em minha opinião, um sério risco para nossa concepção de democracia.

Em suma, o caminho que tentei trilhar aqui é um caminho que está muito cru, do ponto de vista de uma elaboração teórica mais profunda, mas meu diagnóstico do plano dos problemas de teoria e prática da Internet, quando analisada do ponto de vista da democracia eletrônica, dos problemas da apropriação política do meio, é de que nós estamos acumulando conhecimento sobre experiências empíricas que estão acontecendo, sabemos cada vez mais o que esses resultados significam, temos cada vez mais a capacidade de avaliar esses resultados e decidir quais são as experiências positivas e negativas, quais são os atributos das positivas que devem ser replicadas e assim por diante, mas que ainda sofremos de uma grande crise linguística, no sentido de encontrar os instrumentos das ciências sociais que nos ajudem a explicar e traduzir essas experiências em alguma forma sistematizada de conhecimento sobre a qual é o verdadeiro impacto político desse novo meio de comunicação. Nós precisamos, cada vez mais, construir novas linguagens sobre o mercado e sobre a democracia, linguagens estas que nos permitam superar o que, pelo menos a mim, parecem ser grandes perigos colocando-se à nossa frente se continuarmos a olhar para a Internet com os olhos curiosos dos tecnofílicos, dos apaixonados pelas novas tecnologias, ou com os olhos céticos dos neoluditas que olham para as novas tecnologias para dizer que estas nada mudam. Nenhum desses dois cenários apocalípticos contribui para uma discussão efetiva no plano das ciências sociais sobre quais são as questões políticas efetivamente envolvidas. Precisamos superar, hoje, a tentação que a ciência social tem de buscar somente nas experiências concretas a sabedoria e a informação necessária sobre o que será e o que é a Internet do ponto de vista da democracia. A ciência social americana fez isso com o conceito de democracia e teve como resultado, na década de 50, um conceito de democracia pluralista que dizia, basicamente, que a democracia deveria ser o

que já era no modelo americano. Nós corremos o mesmo risco com a Internet se começarmos a olhar somente para como esta é apropriada e dizer: a Internet deve ser apropriada como ela é apropriada hoje. Na condição de cientistas sociais, nos é exigido produzir um ponto de vista teórico-inovativo e encontrar novas categorias, ou novas definições para antigas categorias, que nos permitam olhar para as múltiplas ambiguidades que estão associadas à Internet, já que os atributos técnicos, como procurei mostrar neste texto, muitas vezes apontam em direções contraditórias.

Referências

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SAMPAIO, Anna; ARAGON, Janni. Feminismos filtrados: regulamento de corpos das mulheres em ciberespaço. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. **Internet e política: a teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p. 73-100.

SUNSTEIN, Cass. **Republic.com**. Oxford: Princeton University Press, 2002.

Perspectivas da democracia local na era digital

Klaus Frey

Introdução

Este artigo discute as potencialidades e limitações do uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o fortalecimento da democracia local. Partindo de uma caracterização de recentes transformações nas democracias contemporâneas, com ênfase no caso brasileiro, são apresentadas algumas preocupações levantadas pelas teorias democráticas contemporâneas e que parecem apropriadas para subsidiar a discussão subsequente sobre o potencial democrático das TICs. Finalmente, é discutida, à luz dessas reflexões teóricas, a importância das chamadas redes cívicas (*civic networks*) e de fóruns de debate *online* para a revitalização da democracia local, dando ênfase nas particularidades do caso brasileiro.

As transformações da democracia contemporânea

Em consequência da globalização, do avanço tecnológico e do acirramento dos problemas sócio-ambientais, as sociedades contemporâneas têm sofrido transformações significativas nos âmbitos econômico, político, social e cultural. O aumento do fundamentalismo e dos conflitos étnicos e religiosos, o aumento do desemprego e a expansão do mercado informal, o crescimento da violência e da criminalidade nos centros urbanos são exemplos que evidenciam uma maior complexidade e crescente fragmentação de nossas sociedades, assim como uma propagação da tensão social. Diante de tais transformações, tornou-se urgente repensar a maneira como nós podemos viver juntos de forma pacífica e democrática, tanto nos níveis internacional e nacional, como local.

A crise que a democracia contemporânea está vivendo tem diversas dimensões e causas. Certamente, é preciso salientar o aumento da distância entre ricos e pobres e a crescente incapacidade do Estado em implementar